

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO SUBCOMITÊ TRECHO OESTE DA BAÍA DE GUANABARA - PRESENCIAL – no dia 14 de maio de 2026, foi realizada a Reunião Ordinária do Subcomitê Trecho Oeste da Baía de Guanabara, em São João de Meriti, com os seguintes pontos de pauta: **1. Aprovação da pauta; 2. Aprovação minutas de Atas: 06/01/2026, 05/02/2026 e 23/02/2026; 3. Indicação de 1 titular e 1 suplente para o Comitê de Monitoramento - Bloco 4 (debatido nas seguintes reuniões, 07/08/2025 e 06/11/2025, mas sem definição); 4. Indicação 1 membro para o GTA Planos de Manejo do Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Sernambetiba e da Área de Proteção Ambiental do Sertão Carioca, Rio de Janeiro/RJ; 5. Homologação de indicação do José Avelar para o GT Tolueno; 6. Ato Público Ambiental; 7. Apresentação sobre o status das rubricas de Educação Ambiental (Jacqueline Guerreiro); 8. Projeto Iguaçu - Apresentação do novo projeto; 9. Plano Estadual de Segurança Hídrica; 10. Informes gerais.** Reunião iniciada às 13h30 com quórum de segunda chamada, com o seguinte item em discussão: **Aprovação da pauta** – A pauta foi aprovada por unanimidade. Sobre o **ponto de pauta 2 - Aprovação minutas de Atas: 06/01/2026, 05/02/2026 e 23/02/2026**, as minutas foram aprovadas por unanimidade. Sobre o **ponto de pauta 3 - Indicação de 1 titular e 1 suplente para o Comitê de Monitoramento - Bloco 4**, o Colegiado observou que as Prefeituras possuem vagas cativas para a discussão de monitoramento. Após a manifestação de interesse dos participantes e discussão sobre a composição, o Colegiado deliberou pela indicação de José Miguel da Silva – Ecocidade - para representar o subcomitê como titular e como suplente: Sérgio Monteiro de Lima - FAMRIO. Sobre o **ponto de pauta 4. Indicação 1 membro para o GTA Planos de Manejo do Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Sernambetiba e da Área de Proteção Ambiental do Sertão Carioca, Rio de Janeiro/RJ**; A Secretaria esclareceu que, conforme a resolução vigente, todos os grupos de acompanhamento de contratação possuem indicação de todos os Subcomitês, independentemente da localização geográfica, sendo o levantamento



29 realizado após a assinatura dos respectivos contratos. o Colegiado deliberou pela
30 indicação de Alexandre Buzzani – CRBio para a vaga. Sobre o **ponto de pauta 5 -**
31 **Homologação de indicação do José Avelar para o GT Tolueno;** A Presidenta do
32 Comitê Rejany Ferreira observou que o nome do ponto de pauta está incorreto. sobre
33 a continuidade de Avelar no grupo de trabalho, diante da mudança na representação
34 da prefeitura de Duque de Caxias, para solucionar o impasse burocrático e valorizar a
35 experiência técnica de Avelar, especialmente em prevenção de acidentes rodoviários,
36 o plenário concordou com a inclusão de Jose Avelar e José Paulo como convidados no
37 grupo de trabalho. o Colegiado deliberou pela indicação de José Miguel da Silva –
38 Ecocidade como titular no GT Tolueno. Sobre o **ponto de pauta 6 - Ato Público**
39 **Ambiental;** Jorge Antonio informou sobre a organização de um ato público ambiental
40 programado para o dia 31 de maio, que contará com uma carta-compromisso voltada
41 a candidatos e parlamentares. Mais de 180 entidades aderiram à articulação, que
42 abordará de forma transversal questões como resíduos, água, áreas verdes e energia,
43 visando o fortalecimento das instituições estaduais e municipais. Durante o debate,
44 discutiu-se a necessidade de ajustes no texto da carta-compromisso, especificamente
45 sobre a terminologia referente à água como direito humano versus mercadoria,
46 sugerindo-se o termo "água potável" para evitar polêmicas. Também foi reiterada a
47 importância de formalizar sugestões de nomes para grupos de trabalho e garantir que
48 o cartaz do ato contemple as logomarcas das entidades apoiadoras. Antes de iniciar o
49 debate sobre o ponto de pauta 7, José Miguel apresentou dados críticos sobre a gestão
50 do chorume e o impacto do lançamento em corpos hídricos, criticando a falta de eficácia
51 das medidas atuais e a poluição em locais como Jardim Gramacho e Seropédica. Foi
52 destacado que, apesar das audiências e relatórios, o problema persiste devido à
53 ausência de bases legais sólidas para o tratamento e à falta de responsabilidade dos
54 operadores dos aterros sanitários. Discutiu-se a falácia da "diluição" como solução para
55 o chorume, citando estudos acadêmicos que indicam que a mistura com esgoto não
56 elimina os riscos tóxicos. José Miguel enfatizou que o INEA, em resposta aos



promotores, admitiu não haver base legal para o tratamento de chorume nessas condições, configurando um cenário de irregularidade que exige ações mais enérgicas além do acompanhamento atual. Registrou-se a importância da participação dos pescadores no debate, que trouxeram denúncias reais sobre o impacto territorial, como em Jardim Gramacho. Foi mencionada a possível provocação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) pela Assembleia Legislativa para apurar a gestão do chorume no estado, ressaltando a necessidade de incluir todos os atores responsáveis na próxima audiência pública prevista para o segundo semestre. que Miguel condense as informações técnicas apresentadas em um formato de apresentação visual (PowerPoint) para facilitar a compreensão do Ministério Público e sensibilizar os presentes. Além disso, foi questionada a existência de laudos periciais comprobatórios para sustentar as denúncias de forma jurídica, com os participantes indicando que há processos em curso e estudos para subsidiar as demandas. Sobre o **ponto de pauta 7 – Apresentação sobre o status das rubricas de Educação Ambiental**, Jacqueline Guerreiro não estava presente. Marcos Jorge destacou que esse ponto de pauta foi solicitado para compartilhar com o Colegiado as demandas sobre educação ambiental. A CTEM tem discutido com o educadores ambientais e a empresa de Comunicação o desenvolvimento das cartilhas das história em quadrinho, o projeto de educação ambiental de base comunitária cujo projeto piloto é uma proposta de cartografia social, além de uma proposta de educação ambiental que veio por uma provocação de um assentamento rural lá em São Gonçalo, que é uma proposta de educação ambiental voltada para conservação de nascente, o processo está bem embrionário, por fim, a demanda de revisão dos projetos de educação ambiental. Sobre o **ponto de pauta 8 - Projeto Iguaçu - Apresentação do novo projeto**; A Secretaria informou sobre a impossibilidade de realizar as apresentações do Projeto Iguaçu e do Plano de Segurança Hídrica (PES), devido à falta de confirmação dos palestrantes convidados. Foi decidido que o comitê discutirá internamente esses temas, dada a relevância do Projeto Iguaçu para o controle de inundações na Baixada Fluminense e a importância

85 do plano de segurança para o estado. Ainda nesse tema, os membros enfatizaram que
86 este projeto, originalmente concebido nos anos 90 e retomado pelo Programa de
87 Aceleração do Crescimento (PAC), é crucial para prevenir inundações em municípios
88 como Duque de Caxias, Belford Roxo e São João de Meriti. Houve consenso sobre a
89 necessidade de integrar as discussões de drenagem e proteção contra inundações,
90 aproveitando a expertise dos presentes para monitorar as obras e evitar impactos
91 negativos entre as cidades. O Colegiado discutiu as dificuldades enfrentadas no
92 progresso do Projeto Iguaçu, destacando a necessidade urgente de coordenação entre
93 as obras municipais e o projeto geral. E sugeriu que o professor Paulo Canedo,
94 coordenador técnico geral do projeto pela Universidade Federal do Rio de Janeiro,
95 fosse convidado a palestrar para os membros do comitê e para as equipes municipais,
96 visando explicar os detalhes da atuação em cada município e integrar os técnicos de
97 defesa civil com a equipe do projeto. Foi levantada a preocupação sobre o
98 funcionamento da Área de Proteção Ambiental do Alto Iguaçu, criada como parte do
99 Projeto Iguaçu para preservar áreas de recarga de aquíferos e zonas de alagamento.
100 Os participantes notaram que, desde 2012, a preservação dessas áreas falhou,
101 permitindo ocupações consolidadas em áreas que deveriam ser protegidas, resultando
102 em um cenário onde a unidade de conservação não está cumprindo seu papel de
103 preservação. O debate abordou a questão da dragagem, criticando o histórico de
104 investimentos recorrentes, como os do Programa de Aceleração do Crescimento, que
105 se limitam a limpar o leito do rio sem tratar o assoreamento ou a contaminação do
106 sedimento. Foi apontado que o sedimento está contaminado por substâncias químicas,
107 exigindo uma proposta de sustentabilidade mais robusta por parte das prefeituras e do
108 Estado, em vez de apenas a remoção de material. Para resolver a falta de informações,
109 foi decidido organizar um seminário regional para alinhar o Projeto Iguaçu com as
110 prefeituras e a Caixa Econômica Federal. Uma comissão de organização foi formada
111 pelos membros José Miguel, José Paulo, Jose Avelar, Márcio Costa, Aloán Toledo,
112 Maria Carolina, Humberto Saito e Roberto Ricardo, com o objetivo de planejar o evento,



definir objetivos claros e organizar a participação dos secretários municipais de meio ambiente e defesa civil, evitando discussões repetitivas ou ineficazes. A Secretaria Executiva lembrou o Colegiado sobre as restrições devido ao defeso eleitoral. Sobre o **ponto de pauta 9 - Plano Estadual de Segurança Hídrica**; o comitê abordou o andamento do Plano Estadual de Segurança Hídrica, que está em fase embrionária através de um convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi estabelecido o encaminhamento de convidar representantes da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Cidades para apresentar o plano ao comitê, visando integrar os estudos locais de abastecimento, especialmente para a região Leste, nas discussões gerais de segurança hídrica. Foi oficializada a formação de um grupo de trabalho para tratar especificamente da drenagem, composto pelos membros Frederico, José Miguel, Roberto, Ricardo, José Paulo e José Avelar. Este grupo tem como responsabilidade redigir o escopo de trabalho, os objetivos e o cronograma, visando criar uma resolução do comitê que estruture as ações de drenagem de forma técnica e transparente. Sobre o ponto de pauta 10 – não houve informes. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 16h30. **Participantes – Poder Público:** Conselho Regional de Biologia – CRBio 2ª REGIÃO - Alexandre Buzzani Pacheco de Meirelles; Instituto Estadual do Meio Ambiente – INEA – Marcio Franco; Prefeitura de Belford Roxo - Defesa Civil - Roberto Ricardo; Prefeitura Município de Nova Iguaçu - Frederico Ayres Pinheiro; Secretaria Municipal de São João de Meriti – Frederico Nana de Castro. **Usuários de Recursos Hídricos:** Iate Clube do Rio de Janeiro - Maria Carolina; Colônia de Pescadores Z11 – Álvaro Coelho; Associação de Pescadores Livres de Tubiacanga - APELT - Délcio Almeida; Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE - Sheila Barbosa Martins; Águas do Rio 1 - Vitor Hugo; Águas do Rio 4 - Jéssica de Siqueira Nobre. **Sociedade Civil:** Rede de Empreendimentos Sociais para o Desenvolvimento Socialmente Justo, Democrático e Sustentável – REDECCAP - Rejany Ferreira; Ecocidade - José Miguel; Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro - SENGE-RJ - Jorge A Silva; Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio



de Janeiro – SEAERJ – Morvan Nobre; Escola Politécnica / Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - José Paulo Azevedo/ Mônica Maria; Instituto Coral Vivo - Yohana Gomes de Souza; Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro - FAM Rio - Sergio Monteiro de Lima. Ausências justificadas: Fundação Rio Águas; Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro – FIPERJ; Associação Homens do Mar da Baía de Guanabara – AHOMAR; Instituto Brasileiro de Direito Ambiental – IBDA; Trama Ecológica; Fórum Nacional da Sociedade Civil na Gestão de Bacias Hidrográficas – FONASC; Associação de Moradores e Amigos Viva Cosme Velho; Instituto de Desenvolvimento Socioambiental e Humano – OngBR.

AGEVAP: Tânia Sousa, Henristoni de Souza e Marcos Jorge. **ENCAMINHAMENTOS:**

- 1.** Publicar atas aprovadas: 06/01/2026, 05/02/2026 23/02/2026;
- 2.** Enviar indicação para o Bloco IV – Comitê de Monitoramento: José Miguel e Sergio Monteiro Lima;
- 3.** Enviar indicação para GTA Plano de Manejo: Alexandre Buzzani;
- 4.** Enviar indicação para o GT Tolueno – José Miguel e José Avelar/ José Paulo (convidados);
- 5.** Para semana do Rio, evento em 11/2026 – verificar qual CT enviar para tratar desse tema;
- 6.** Criar grupo no whatsapp para Seminário Projeto Iguaçu: José Paulo / Roberto Ricardo / José Miguel / José Avelar / Márcio / Aloan / Maria Carolina / Jorge;
- 7.** Convidar SEAS para apresentar o Plano Estadual de Segurança Hídrica;
- 8.** Enviar por e-mail indicação do Grupo de Drenagem e Monitoramento do Subcomitê Oeste, para ciência no Plenário do Comitê: José Paulo, José Miguel, Frederico Ayres, Roberto Ricardo, José Avelar;
- 9.** Enviar para o Colegiado os membros que participam de GTAs.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 2026.

Jorge Antônio da Silva

Maria Carolina Leitão

Márcio Franco da Costa

Coordenação do Subcomitê Trecho Oeste da Baía de Guanabara

Rua da Quitanda, 185 6º Andar – Centro, Rio de Janeiro - RJ

Cep: 20.091-005 / Cel. (21) 97374-3674

E-mail: cbhbaiadeguanabara@gmail.com

www.comitebaiadeguanabara.org.br

